



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Ex.mo Senhor
Presidente da Direcção do
NEVA - Núcleo Empresarial de Vagos
Apartado 79

3844 - 909 VAGOS

2009 JUL 22

S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Referência	Ofício n.º	Data
		P.º 119/99	3063/DAJD/2009	

Assunto: Declaração de utilidade pública, nos termos do DL n.º 460/77, de 7 de Novembro.
Despacho n.º 15020/2009, de 25.06.09, publicado no DR n.º 127, II Série, de
03.07.2009

Na sequência da declaração de utilidade pública dessa entidade, venho trazer ao seu conhecimento as prescrições do art. 12.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7.11., na redacção do Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13.12., segundo as quais «São deveres das pessoas colectivas de utilidade pública, entre outros que constem dos respectivos estatutos ou da lei: a) Enviar por meio de transmissão electrónica à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros o relatório de actividades e as contas do exercício relativo ao ano anterior, no prazo de seis meses após a sua aprovação; b) Prestar as informações solicitadas por quaisquer entidades oficiais ou pelos organismos que nelas hierarquicamente superintendam; c) Comunicar à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros qualquer alteração dos respectivos estatutos, no prazo de três meses após a sua efectivação.»

Mais informo que, nos termos do n.º 1 do art. 13.º do mesmo diploma, «A declaração de utilidade pública e as inerentes regalias cessam: a) Com a extinção da pessoa colectiva; b) Por decisão da entidade competente para a declaração, se tiver deixado de se verificar algum dos pressupostos desta; c) Pela violação séria ou reiterada dos deveres que lhes estejam legalmente impostos.»

Com os melhores cumprimentos.

Ø Secretário-Geral

José M. Sousa Rego

Ana Almeida
SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA

EF

Mod 6 U.P

utilidade pública de Reg.º 119/99



PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 15018/2009

Por deliberação do Conselho Administrativo de 26 de Junho de 2009, foi autorizada a mobilidade interna intercategorias, de Rui António

Gomes d'Almeida, ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 60.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para o desempenho de funções da categoria de técnico de informática, grau 2, nível 1, 1.º Escalão, a que corresponde a remuneração de € 1.567,97 com efeitos a partir da referida data.

26 de Junho de 2009. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

201964326



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 14/2009

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 118/2001, de 17 de Abril, 50/2004, de 10 de Março, e 39/2007, de 20 de Fevereiro, o governador e os demais membros do conselho de administração do Banco de Portugal são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças, de entre pessoas com comprovada idoneidade, capacidade e experiência de gestão, bem como domínio de conhecimento nas áreas bancária e monetária.

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, o conselho de administração é composto pelo governador, que preside, por um ou dois vice-governadores e por três a cinco administradores, que exercem os respectivos cargos por um prazo de cinco anos, renovável uma vez por igual período.

Por resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2004, de 20 de Maio, o licenciado José António Silveira Godinho foi nomeado, nos termos da lei, para o cargo de administrador do Banco de Portugal, tendo agora o respectivo exercício de funções cessado por termo do mandato, de acordo com o n.º 6 do artigo 33.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 118/2001, de 17 de Abril, 50/2004, de 10 de Março, e 39/2007, de 20 de Fevereiro, e da alínea e) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Renovar, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças, o mandato do licenciado José António Silveira Godinho para o cargo de administrador do Banco de Portugal.

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a 21 de Maio de 2009.

9 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

15692009

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 15019/2009

Declaração de utilidade pública

O Club de Andebol de S. Félix da Marinha, associação de direito privado n.º 504329669, com sede na freguesia de São Félix da Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia, foi criado em 1998 e tem como objectivo fundamental a promoção e a divulgação da prática do andebol. Tendo como principal objectivo a formação no andebol, mais concretamente

na vertente feminina, apresenta uma actividade de cariz desportivo relevante, tendo reflexos positivos quer no interesse local da região quer no interesse geral da comunidade.

O Club de Andebol de S. Félix da Marinha participa activamente nos campeonatos regionais e nacionais sob a égide da Associação de Andebol do Porto e da Federação de Andebol de Portugal, tendo conquistado já alguns títulos de relevo.

A actividade de fomento da prática desportiva desenvolvida pelo clube, em particular junto da população escolar da freguesia de São Félix da Marinha, tem-se revelado de manifesto interesse para a comunidade na qual se insere. A cooperação com esta freguesia, na organização de encontros de andebol na areia inter-escolas, tem sido fundamental para a divulgação da modalidade e na formação desportiva das crianças em idade escolar (1.º ciclo).

O clube encontra-se filiado em várias instituições: na Federação Portuguesa de Andebol de Portugal, na Associação de Andebol do Porto e na União Clubes de Gaia. Através da actividade que vem desenvolvendo, tem prestado uma intensa colaboração e cooperação com outras colectividades, associações e federações onde se encontra filiado, com a Junta de Freguesia de São Félix da Marinha e com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, perante os quais manifesta a sua constante disponibilidade para contribuir para uma melhor qualidade de vida da comunidade envolvente.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 102/UP/2004, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

25 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

15952009

Despacho n.º 15020/2009

Declaração de utilidade pública

O NEVA — Núcleo Empresarial de Vagos, associação de direito privado n.º 503373605, com sede na freguesia e concelho de Vagos, é uma associação empresarial de âmbito regional, criada em 1993. Tem por fins promover e desenvolver a colaboração entre os associados com vista ao desenvolvimento cultural, organizacional, económico, tecnológico e científico dos seus membros, cuja característica comum é o facto de desenvolverem uma prática comercial ou industrial.

Ao NEVA cabe, nomeadamente: manter um contacto estreito e permanente com as autoridades nacionais, com especiais responsabilidades nos domínios da formação, educação e desenvolvimento científico e tecnológico; manter contactos com entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que se proponham atingir os mesmos objectivos; e prestar serviços de informação aos interessados e contribuir para o fortalecimento das relações entre universidades, institutos superiores e empresas. A associação dispõe, entre outros, de vários serviços, como o departamento económico e financeiro, o departamento de recrutamento,

o gabinete de apoio ao investidor, o serviço de medicina, higiene e segurança no trabalho, uma bolsa de *franchising* e missões empresariais.

A cooperação com a Administração tem sido desenvolvida através de colaboração com a Câmara Municipal de Vagos, com a Direcção-Geral do Turismo, com diversas escolas da região de Vagos e com o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Tem actuado em parceria com a Câmara Municipal de Vagos na promoção do município e das empresas do concelho. Nas áreas da educação e do emprego em associação e ou patrocínio tem desenvolvido igualmente actividades junto de formadores e de desempregados. Apresenta uma forte representatividade e elevada dinâmica junto das empresas e empresários sediados na sua zona de intervenção.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 119/99 B02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

25 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

15942009

Despacho n.º 15021/2009

Declaração de utilidade pública

A Associação Cultural Recreativa e Desportiva Felgueirense, associação de direito privado n.º 501607110, com sede na freguesia de Sobral, concelho de Mortágua, fundada em 1984, tem por fins a promoção cultural, social, recreativa e desportiva dos seus associados. Tem um âmbito de actuação predominantemente local, embora apresente algum impacto a nível regional. Vem desenvolvendo regularmente actividades na área da cultura e do desporto recreio: teatro, música, exposições, danças, jogos tradicionais, futsal, futebol, atletismo, ténis de mesa, entre outras modalidades desportivas.

A cooperação com a Administração tem sido desenvolvida através de colaboração com a Câmara Municipal de Mortágua, com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, com o Instituto Português da Juventude em Viseu, com o Governo Civil de Viseu e com a Junta de Freguesia de Sobral. Desde 2005 que se encontra inscrita no registo nacional das associações juvenis.

Destaca-se o facto de a Associação ter desenvolvido, em colaboração com o Instituto Português da Juventude, um espaço denominado «Espaço Geração Millenium», que se encontra em funcionamento desde o ano 2000 e disponibiliza o acesso gratuito à Internet a todos os interessados. Este projecto, com o apoio da Câmara Municipal, tem contribuído para o crescimento cultural e níveis de formação dos habitantes e população geral. A Associação tem-se apresentado como um pólo de criação cultural, de associativismo participado e de animação local, constituindo-se num valor importante na ocupação de tempos livres da comunidade em que se insere.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 120/UP/2003, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

25 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

15932009

Despacho n.º 15022/2009

Declaração de utilidade pública

A Federação Portuguesa de Yoga, associação de direito privado n.º 504446550, com sede na freguesia de Marvila, concelho de Santarém, é uma associação constituída em 2000 pelos representantes da Associação de Yoga de Coimbra (AYCO), da Associação Cultural Georges Stobbaerts e da Associação Ribatejana de Yoga (ARYOGA) e nasce da necessidade de enquadrar esta modalidade na sociedade portuguesa, criando condições para o seu desenvolvimento e estudo. Tem como fim, pois, desenvolver, organizar e divulgar uma corrente filosófica de origem oriental.

A Federação Portuguesa de Yoga contempla várias associações, dispersas por todo o País: a Associação Movimento Aberto (AMA), de Santarém; a Associação Ribatejana de Yoga (ARYOGA), do Cartaxo; a Associação de Yoga de Coimbra (AYOCO), da Condeixa; a Associação de Yoga e Disciplinas Associadas do Norte, do Porto; a Associação

Cultural Georges Stobbaerts (Dojo Ten-Chi Internacional), de Sintra, e a Associação de Yoga do Distrito de Leiria (AYDK), de Caldas da Rainha.

O reconhecimento internacional pela Federação Internacional de Yoga registou-se em 2003. Em 2005, a Federação Portuguesa de Yoga passou a ser membro da International Council of Sport Science and Physical Education (ICSSPE) — Conselho Internacional para a Ciência do Desporto e de Educação Física. A cooperação com a Administração Pública tem sido desenvolvida através de colaboração com a Faculdade de Motricidade Humana, com a qual foi estabelecido em 2007 um protocolo de colaboração.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 09/07 B02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

25 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

15922009

Despacho n.º 15023/2009

Declaração de utilidade pública

O Centro Popular de Trabalhadores dos Assentos, associação de direito privado n.º 501.649.239, com sede na freguesia da Sé, concelho de Portalegre, criado em 1981, tem como objectivo dirigir e incentivar áreas culturais, desportivas e recreativas, e regista actividade há mais de 25 anos. Tendo um âmbito de actuação predominantemente local, trata-se de uma associação que se apresentou como um recurso fundamental a ter em atenção, não só na área do combate aos problemas sociais já existentes, mas também no domínio da prevenção e sinalização de potenciais situações problemáticas, através da actividade que desenvolve junto da população na qual se insere.

A sua cooperação com a Administração tem sido desenvolvida através da Câmara Municipal de Portalegre, do Instituto Português da Juventude, do Instituto do Desporto de Portugal, das escolas do distrito de Portalegre e da Junta de Freguesia da Sé de Portalegre. O Centro encontra-se filiado no INATEL como centro de cultura e desporto.

O Centro Popular de Trabalhadores dos Assentos é parceiro na rede social do concelho de Portalegre, em regime de voluntariado, e também da Obra Social do Sagrado Coração de Maria, no âmbito do Projecto Raiz. Este Projecto tem como objectivo principal prevenir a institucionalização de crianças e jovens, através de um trabalho continuado junto das famílias. O Centro estabeleceu um protocolo com o Centro Social de São Bartolomeu, tendo cedido um espaço de atendimento ao público para resolução de problemas no âmbito do rendimento social de inserção. Cedeu igualmente um espaço de ensaio para um grupo musical e dinamiza uma escola de futebol infantil. Criou o Coro infantil dos Assentos, que se autonomizou em 2004.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 49/UP/2005, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

25 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

15912009

Despacho n.º 15024/2009

Declaração de utilidade pública

A Federação de Caçadores do Entre-Douro-e-Minho, associação de direito privado n.º 503.315.010, com sede na freguesia de São Victor, concelho de Braga, foi criada em 1994 e tem como objecto gerir zonas de caça de interesse associativo ou participar na gestão de zonas de caça de interesse nacional ou municipal, representando cerca de 20 000 caçadores na região em que se insere.

Esta Federação desempenha um papel relevante na preservação dos recursos naturais e coopera de modo relevante com a Administração no controlo e na gestão dos recursos cinegéticos. A cooperação com a Administração tem sido desenvolvida através de colaboração com as autarquias e as juntas de freguesia da região de Entre-Douro-e-Minho e com associações de proprietários e produtores florestais. A Federação representa, ainda, a região de Entre-Douro-e-Minho no Conselho Nacional da Caça a título individual, e também por parte da Confederação Nacional de Caçadores Portugueses.